Globethics Repository




# Tecnologias da Informação e a marginalização social [Tecnologias da Informação e a marginalização social]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

| | |
|---|---|
| Item Type | Article |
| Authors | Madeira nazário, Paola |
| Publisher | Instituto Humanitas Unisinos - IHU |
| Rights | With permission of the license/copyright holder |
| Download date | 2026-11-10 06:59:45 |
| Link to Item | http://hdl.handle.net/20.500.12424/159757 |

coluna do cepos

# Tecnologias da Informação e a marginalização social

Por Paola Madeira Nazário*

O capital cognitivo de uma relevante parcela da sociedade brasileira está sendo enfraquecido. O motivo disso é que esses cidadãos não vêm recebendo capacitação necessária para fazer parte de um sistema cuja engrenagem funciona movida a "força-cérebro", onde as capacidades cognitivas e de apropriação do fluxo de informação, entre outras questões, são essenciais para a inserção de agentes sociais no mercado de trabalho.

Vamos refletir sobre uma hipótese supostamente presente no fenômeno de construção das sociedades contemporâneas, hipótese que pode ser especificada a partir do fato de o processo de avanço tecnológico, que inclui principalmente as novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs), possuir uma relação direta com o aumento da marginalidade (de estar à margem) econômica, política, social e cultural de uma grande parcela da sociedade brasileira.

O que se tenta pensar aqui é a suposição de que a modernização das formas de comunicar, o advento da internet e a convergência digital, sinalizam a fragilidade de seu aspecto democratizante do qual estavam imbuídas, pelo menos quando representadas no discurso de Estados hegemonizados por versões do neoliberalismo.

A inovação tecnológica passou a gerar um crescimento de uma gama de cidadãos que podemos caracterizar como analfabetos tecnológicos, os quais não têm capacitação e compreensão necessárias para apropriação da informação disponibilizadas pelo mundo virtual. Dessa maneira estariam os cidadãos mais distantes do mercado de trabalho, tendo fragilizada a sua capacidade de perspectiva crítica e enfraquecimento do capital cognitivo.

Essa fatia da sociedade brasileira tem uma possibilidade, quase que irrestrita, ao acesso (acesso não é compreensão e apropriação) para o universo virtual. A falta de apropriação de informações ofertadas pelos mecanismos virtuais alimenta a potencialidade de essa parcela social caminhar rumo a um empobrecimento quanto ao empoderamento da função pública, conhecimento de mundo e função social ativa.

Podemos agora fazer o esforço de apontar caminhos que viabilizem a

* Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, é graduada em Publicidade Propaganda pela mesma instituição. Atualmente é coordenadora e docente do Curso de Especialização em Televisão e Convergência Digital, na Unisinos.

validação da hipótese aqui colocada, hipótese que permite ser sinalizada a partir do já constituído comportamento concentrado dos grandes veículos de comunicação de massa e da inexistência de políticas públicas para a aplicabilidade das tecnologias da informação no chão social. O uso da tecnologia pela sociedade vai além da possibilidade de acesso, necessita de políticas públicas e pesquisas acadêmicas que façam a interlocução entre os campos de conhecimento das áreas da comunicação e da educação no brasil.

Mais especificamente, podemos trazer dados que nos façam compreender que o mundo não é virtual para todos. Basta informar-se que quase 60% dos brasileiros não têm acesso a internet de banda larga em sua residência, que os índices do IBGE mostram que "nas classes A e B, 62% têm internet rápida na residência, enquanto que na classe C, 22% têm conexão, e nas classes D e E, somente 4% tem acesso em casa à rede mundial".[1]

A questão aqui levantada não se refere somente a dados estatísticos, mas sim ao fato – para aqueles que têm um convívio com estudantes do ensino médio e fundamental principalmente em escolas públicas – da precariedade funcional na utilização das NTICs por discentes e docentes.

> "Deve-se pensar em uma educação para a mídia, no sentido de contribuir para uma leitura crítica deste meio de comunicação"

Uma gama de mais de 80% dos estudantes acessa somente a internet para utilizar sítios de relacionamento (Orkut e MSN), jogos eletrônicos, ou fazer alguma pesquisa específica indicada pelo professor. Com este tipo de uso tal público fica à margem da apropriação dessa tecnologia como uma ferramenta que possibilita uma compreensão de mundo bem mais ampliada da que vem sendo adotada por professores e alunos. Nesse sentido, ações de capacitação para as pessoas envolvidas na educação pública é de responsabilidade do governo federal, o qual apresenta displicência na referida questão.

Outro tema fundamental para o processo crescente de marginalização social causada pelo crescimento e inovação das NTICs é, sem dúvida, o novo modelo misto de desenvolvimento tecnológico que associa dois tipos de procedimentos: o da própria ciência e o dos agentes econômicos, sendo cada vez mais representativa a demanda do mercado incidindo no processo de produção do conhecimento.

Produzir conhecimento reflexivo sobre esses temas é uma dinâmica cada vez menos incluída entre as prioridades da política científica e tecnológica. Basta identificar para onde é destinada a maior parte da verba de fomento a pesquisa no Brasil, que, como os dados nos afirmam, não está sendo destinada às ciências sociais.

Deve-se pensar em uma educação para a mídia, no sentido de contribuir para uma leitura crítica deste meio de comunicação, uma educação que seja capaz de ampliar a compreensão dos processos midiáticos (incentivo ao consumo, interesses de poder e ideológicos); e também deve-se passar a estruturar, organizar e reorganizar a percepção e a apropriação da realidade social por parte dos estudantes do ensino médio e fundamental.

Uma das maneiras de atingir esse objetivo seria partir da aplicabilidade de um método de ensino em alfabetização para conteúdos audiovisuais e usos das novas tecnologias, articulando os temas abordados nos diversos gêneros da programação televisiva com os temas dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PNC. Dessa maneira pode-se constituir uma ação fundamental para frear os aspectos levantados pela hipótese aqui colocada.

1 Acesso à internet no Brasil ainda é restrito aos mais ricos, *segunda-feira, 22 de agosto de 2011*. Disponível em: <http://www.tiinside.com.br/22/08/2011/acesso-a-internet-no-brasil-ainda-e-restrito-aos-mais-ricos/ti/237478/news.aspx>. Acesso em: 27 ago. 2011.

PROGRAMA **DIVERSIDADE**.
O FORMATO É DE TV. A DISTRIBUIÇÃO É VIA INTERNET.
E O CONTEÚDO É PARA FAZER PENSAR.
TODAS AS EDIÇÕES DISPONÍVEIS EM **WWW.GRUPOCEPOS.NET/CEPOSTV**.
COORDENAÇÃO: PROF. DR. VALÉRIO CRUZ BRITTOS | PROF. MS. ANDRES KALIKOSKE
DIVERSIDADE